

**PORTARIA Nº 305 /2022 – SGP**

Dispõe sobre substituição de titular de cargo comissionado.

A Secretária de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso XVII, da Portaria nº 320/2021, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico de 17 de fevereiro de 2021,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 8507517-49.2022.8.06.0000,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar ANA WALESKA BARROSO BARBOSA, Auxiliar Operacional / símbolo DAJ-7, matrícula nº 1654, lotada no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes NUGEP, para substituir LUANA ALICE LIMA PAULA COSTA, Assessor II, símbolo DAE-2, matrícula nº 8852, lotada na Assessoria Jurídica da Vice-Presidência, durante o seu afastamento por 30 (trinta) dias de férias, no período de 23/05/2022 a 21/06/2022,

Art. 2º - Autorizar o pagamento previsto no artigo 3º, da Resolução do Órgão Especial nº 21, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 12 de setembro de 2019, após apresentação do documento atestatório da efetiva substituição.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 26 do mês de abril de 2022.

Viádia Santos Teixeira

Secretária de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 891/2022

Dispõe sobre concessão de diárias e indenização de transporte para magistrados.

A Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções do Órgão Especial nº 12/2019, que estabeleceu as regras para concessão, pagamento e prestação de contas relativas a diárias para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Ceará;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder diárias e indenização de transporte aos magistrados, nos termos do Anexo Único desta Portaria, ao tempo que autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos valores referidos no Anexo supracitado, obedecidas as formalidades legais, cujas despesas estão vinculadas ao primeiro e/ou segundo grau de jurisdição.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. **GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 28 de abril de 2022.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ANEXO ÚNICO

Sequência	Referência	Magistrado(a)	Qtde. Diárias	Valor de Diária Pernoite (R\$)	Valor Unitário com Diária Pernoite (R\$)	Valor Unitário sem Diária Pernoite (R\$)	Diferenças de Diárias (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Valor de Indenização de Transporte (R\$)	Valor diário (R\$)	Total +IT	Período de Referência
01	8 5 0 0 0 1 9 22.2022.8.06.0057	CAIO LIMA BARROSO	02 s/ pernoite	-	258,44	-	-	516,88	114,30	631,18		Março/2022
02	8 5 0 0 0 2 2 80.2022.8.06.0055	PRISCILLA E MANUELE DE MELO CAVALCANTE	09 c/ pernoite 02 s/ pernoite	516,87	258,44	-	-	5.168,71	288,82	5.457,53		Janeiro/2022 Fevereiro/2022
03	8 5 0 0 0 1 5 48.2022.8.06.0036	CYNTHIA PEREIRA PETRIEITOSA	04 s/ pernoite	-	272,04	-	-	1.088,16	402,92	1.491,08		Março/2022 Abril/2022
04	8 5 0 0 0 5 4 26.2022.8.06.0107	ERICK JOSE PINHEIRO PIMENTA	02 s/ pernoite	-	258,44	-	-	516,88	205,27	722,15		Março/2022
05	8 5 0 0 0 0 9 15.2022.8.06.0174	ANDRE DE CARVALHO AMORIM	07 c/ pernoite 02 s/ pernoite	516,87	258,44	217,60	-	4.352,57	-	4.352,57		Janeiro/2022
TOTAL								11.643,20	1.011,31	12.654,51		

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.**PORTARIA Nº 892/2022**

Dispõe sobre concessão de diárias e reembolso de combustível para servidores.

A Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções do Órgão Especial nº 12/2019 e 13/2020, que estabeleceu as regras para concessão, pagamento e prestação de contas relativas a diárias para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Ceará;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder diárias e reembolso de combustível aos servidores, nos termos do Anexo Único desta Portaria, ao tempo que autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos valores referidos no Anexo supracitado, obedecidas as formalidades legais, cujas despesas estão vinculadas ao primeiro e/ou segundo grau de jurisdição.